

Brasil segue o...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Washington. Na ocasião, Mulford apresentou os dados sobre a repatriação de capitais no México e Chile e apontou os dados do Brasil como oficiais, apurados pelo Banco Central.

O ministro da Economia Marcellio Marques Moreira, que acompanha o presidente Collor de Mello na visita a Washington, consultado por este jornal sobre as declarações do subsecretário do Tesouro americano, negou categoricamente a versão apresentada por Mulford. "Não existe nem sequer a evasão nem dados do Banco Central que se refiram a ela. Pelo contrário, nos últimos seis meses, tem sido crescente a entrada de capital externo, que soma mais de US\$ 3 bilhões e cuja tendência prossegue", afirmou o ministro, pelo porta-voz Pedro Luiz Rodrigues.

O ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que ontem deu entrevista à imprensa sobre a viagem do presidente Collor de Mello, procurou, conforme relato do editor Cláudio Kuck, deste jornal, minimizar eventuais efeitos das declarações de Mulford sobre as expectativas de resultados positivos do encontro do presidente Collor de Mello com o presidente George Bush.

Apesar do desejo do governo brasileiro em se pautar pelo bem-sucedido modelo mexicano, seja de renegociação externa, seja de ajustamento externo, há, como lembrou um qualificado assessor do ministro da Economia uma profunda diferença entre os dois países, que se concentra na existência, no México, de um partido político hegemônico (o PRI — Partido Republicano Institucional) que, ao longo dos últimos oito a dez anos, forneceu total sustentação política ao governo para implementação das reformas estruturais. "Aqui no Brasil, a equação política não está fechada", assinalou o mesmo economista do segundo escalão do Ministério da Economia.

A PENDÊNCIA DOS JUROS ATRASADOS

Em março último, Mulford, em entrevista a jornalistas brasileiros via satélite, deu um claro recado: primeiro, que o País, ao acumular reservas cambiais de quase US\$ 9 bilhões, estava totalmente habilitado a pagar os juros atrasados (em cifra correspondente — o que deixaria o Brasil sem reservas) e, em segundo lugar, sem um

acordo sobre os juros atrasados, o Brasil estava desqualificado para participar do programa Iniciativa Bush para as Américas.

Em 9 de abril passado, o governo brasileiro anunciou um acordo para o pagamento dos atrasados que esbarra, agora, na necessidade de aprovação do Senado conforme os termos da Resolução 82 daquela casa. O protocolo do acordo está sendo questionado pela Comissão de Economia do Senado e mesmo os esforços do ministro Marques Moreira para levar o assunto aprovado na bagagem do presidente Collor aos Estados Unidos têm sido em vão.

A decisão do Senado Federal foi postergada para terça-feira próxima, dia em que o presidente Collor estará iniciando a agenda oficial de compromissos em Washington.

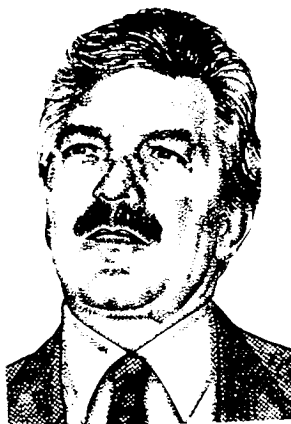
Ontem, um novo agravante foi introduzido na questão dos atrasados, e que envolve a própria renegociação da dívida externa. Líderes do Partido Democrático Trabalhista (PDT), PSB e PC do B entraram com medida liminar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para suspender os pagamentos da dívida externa, enquanto a legitimidade do endividamento estiver em exame pela comissão mista do Congresso, criada a partir do artigo 26 das disposições transitórias da Constituição.

Brasil segue o modelo mexicano de negociação

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro mudou, ontem, o negociador da dívida externa (ver matéria ao lado) e pretende mudar, também, o formato da renegociação da dívida, substituindo a tentativa de criar conceitos novos, introduzida pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, pelo padrão considerado bem-sucedido de renegociação do México.

Isso ficou claro, ontem, com a indicação de um influente assessor do ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira, que resumiu a mudança com a seguinte observação: "Vamos substituir o efeito Orloff pelo efeito Tequila". Ou seja, em vez de se olhar a experiência argentina como espelho do que deveria ocorrer em seguida no Brasil, esse economista informou que o México é o exemplo a ser perseguido, seja em termos de renegociação da dívida, seja como programa de estabilização econômica e reestruturação do Estado.



David Mulford

O México começou um forte programa de ajustamento com o presidente Miguel de la Madrid e com o atual presidente Carlos Salinas de Gortari concluiu a estabilização, fechou um acordo de refinanciamento da dívida externa nos padrões concebidos no Plano Brady de redução do estoque da dívida e está hoje recebendo substanciais fluxos de capitais. Em 1990 o ingresso de capitais (sob forma de investimentos de risco e de captação no mer-

cado de capitais) somou US\$ 8,4 bilhões, cifra que, somada ao ingresso de 1989, recupera os US\$ 10 bilhões. Aquele país é a estrela do processo de recuperação econômica da América Latina, além do Chile e, agora, da Venezuela — todos com renegociações de dívidas pautadas pelo Plano Brady.

Essa mudança de rumos da negociação externa não deverá passar despercebida nos contatos que o presidente Fernando Collor de Mello fará nos três dias de visita oficial a Washington. O presidente da República inicia a visita oficial aos Estados Unidos no dia 18 próximo e terá encontros com o presidente George Bush, com um grupo de banqueiros credores do Brasil, com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, entre outros. Uma agenda que deverá servir, certamente, como instrumento de desobstrução dos canais de negociação da dívida, dentro de uma lista de importantes contenciosos bilaterais.

As vésperas da viagem presidencial, o subsecretário do Tesouro norte-americano para assuntos internacionais, David Mulford — experiente funcionário do governo dos Estados Unidos, severo crítico da postura brasileira junto aos credores e influente participante dos processos de negociação externa —, fez um alerta: a fuga de capitais do Brasil, nos últimos dez anos, somou a cifra de US\$ 35 bilhões, cujo agravamento se deu com o confisco da poupança financeira, em março de 1990, com a edição do Plano Collor. "A fuga de capitais desde março de 1990 parece basear-se principalmente nas previsões incorretas da política econômica do governo, acompanhada da queda da confiança dos investidores", disse Mulford durante sessão pública da Comissão de Déficit e Dívidas do Senado norte-americano, na última quarta-feira, conforme relato da editora Maria Helena Tachinardi, de